



REGIS DE OLIVEIRA
Julgamento dos parlamentares
 Pretender afastar da competência do parlamento o julgamento político é absolutamente falta de bom senso.

PÁG. A2

DCI

PAULO BROSSARD
Impressão enganosa

A feira do Parque Assis Brasil exibe o alto nível da produção pastoril, coincide com um momento infeliz para o setor agrícola.



OPINIÃO
 PÁG. A2

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA & SERVIÇOS

BOVESPA ↑ +0,45% ONTEM	35.957 PONTOS	DÓLAR COMERCIAL ↑ +0,14% ONTEM	R\$ 2,157 US\$ 1,00	EURO ↓ +0,21% ONTEM	R\$ 2,752 C 1,00	OURO BM&F ↑ +0,46% ONTEM	R\$ 43,20 GRAMA	SOJA PARANAGUÁ ↓ -0,80% ONTEM	R\$ 29,00 SACA
-------------------------------------	-------------------------	---	-------------------------------	----------------------------------	----------------------------	---	---------------------------	--	--------------------------

EDIÇÃO NACIONAL // SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 26, 27 E 28 DE AGOSTO DE 2006 // SÃO PAULO: R\$ 2,50 // ESTADOS: R\$ 3,00 // www.dci.com.br

Itaú ousa e "vende" carteira de débitos para limpar balanço

SÃO PAULO
 A venda de R\$ 1,2 bilhão em créditos vencidos, feita pelo banco Itaú no segundo trimestre deste ano, teve como objetivo "limpar" o balanço da instituição. "O Brasil é o único país onde o Banco Central é quem define o que um banco vai ou não receber. Nós é que sabemos o que podemos recuperar e o que não vamos conseguir receber", afirma o diretor de relação com investidores da Itaú, Henri Penchas. Ele também revela que a operação foi feita com uma empresa que pertence ao próprio grupo. O banco "vendeu" a carteira por R\$ 185 milhões. Penchas confirma ainda que o Itaú vai continuar utilizando esse mecanismo nos próximos trimes-

tres, até que as normas contábeis sejam alteradas. "Este é um dos pontos principais a serem alterados, e com certeza vai mudar." O Banco Central já estabeleceu que os bancos devem se adaptar a estas normas até 2010. Mas para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) o objetivo principal deste tipo de operação é baixar o nível de risco em uma operação de crédito. "É uma alternativa muito interessante, mas ainda incipiente no Brasil. Faltam empresas que consigam prestar esse tipo de serviço, que necessita de grande especialização", afirma o diretor de gestão de riscos da Febraban, Kumagai Hinkijúnior.

RENATO CARVALHO
 → FINANÇAS | PÁG. A16

Governo antecipará Belo Monte para 2007

SÃO PAULO
 O Ministério de Minas e Energia (MME) vai licitar em 2007 a usina hidroelétrica Belo Monte (11,1 mil MW, PA), projeto considerado fundamental para garantir o abastecimento de energia no País. A definição do prazo ainda depende da decisão judicial sobre a validade do decreto legislativo 788/2005, questionado no processo de licenciamento do empreendimento. A questão, os estudos concluídos e a usina se próximo ano", esse Zimemann, secretário de Planejamento e Desenvolvimento do MME. Caso isso ocorra,



rá entrar em operação antes do prazo estipulado no Plano Decenal 2006-2015. Segundo estudo elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o início de operações de Belo Monte está previsto para dezembro de 2013. Anteriormente, Mau-

da considera que dificilmente a Eletronorte e a Eletrobrás sairão vitoriosas no TRF-1. "Eles poderão recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Superior Tribunal Federal (STF)", diz Almeida, autor do processo. O procurador não se diz contra a realização dos estudos ambientais. "Queremos que os estudos

Alíquota zero para taxa social divide o fisco

SÃO PAULO
 Há conflito entre as distintas superintendências regionais da Receita Federal em relação às consultas sobre as empresas sujeitas simultaneamente ao regime de lucro real e lucro presumido. A questão é se podem excluir integralmente as receitas financeiras do cálculo

O consignado deve chegar ao crédito imobiliário

SÃO PAULO
 O pacote habitacional — que deve ser anunciado amanhã, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) — deve adicionar impulso à construção, dizem economistas. Uma das medidas é a aguardada ampliação da cesta de produtos com isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), para materiais de construção que não tinham sido contemplados na primeira lista de benefícios. Além disso, com a prometida desvinculação da TR como indexador das parcelas do financiamento imobiliário, estabelecendo mensalidades fixas, o



nanciamento da casa própria com desconto em folha de pagamentos. Para Carlos Eduardo Oliveira Jr., membro do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), "o crédito consignado habitacional oferece menor risco de inadimplência". Para Osvaldo Correa Fonseca, diretor-geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a criação de produtos de juros fixos dará ao cliente "certeza da sua capacidade de pagar as prestações pré-fixadas".

Outro fator importante é que o sistema financeiro deve reduzir os juros cobrados para financiamentos imobiliários. Outro fator importante é que o pacote também deve prever o fi-

ência do Rio otou parecer ribuinte, enle Janeiro eneita deve ser la, diz o ad-consultoria is com filiais los esperam

AVO MARTINS
 → PÁG. A13

Isos dos a rota nica

stando uma química com bagaço

LETÍCIA CASADO
 → POLÍTICA ECONÔMICA | PÁG. A3

Resumo

Compra da Agip pela Petrobras volta à pauta
 O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) retomou nessa quarta-feira a análise da compra de todo o capital da Agip do Brasil pela Petrobras Distribuidora. A estatal investiu US\$ 450 milhões na operação.
 → LEGISLAÇÃO | PÁG. A13

Nova rodada do petróleo vai a consulta pública
 A Agência Nacional do Petróleo realiza hoje audiência pública sobre a oitava rodada de licitações de blocos de petróleo e gás, que tem despertado polêmica pela exclusão de áreas com elevado potencial.
 → INDÚSTRIA | PÁG. A4

Projeto amplia controle de itens agropecuários
 Projeto da Câmara condiona a comercialização, a estocagem, o processamento e o transporte de itens agropecuários e derivados importados à análise prévia de resíduos de agrotóxicos e de outras substâncias tóxicas.
 → POLÍTICA | PÁG. A11

Sem preferência País teme o avanço da China
 A pressão para excluir o Brasil do Sistema Geral de Preferências (SGP), mecanismo que permite exportar para os Estados Unidos com isenção, poderá fazer a China se fortalecer e tomar espaços do Brasil.
 → POLÍTICA ECONÔMICA | PÁG. A3

Publicidade pode ter de conter código de barras
 A Câmara analisa o projeto que exige a impressão de um código de barras em toda publicidade em meio impresso. O objetivo, segundo o autor, é facilitar a punição de responsáveis por publicidade enganosa.
 → POLÍTICA | PÁG. A11

Verão terá 60% mais de ações para promoção
 Agências de marketing promocional fecham contratos maiores e prevêem aumento de até 60% nas ações durante a temporada de verão. O segmento deve encerrar 2006 com faturamento de R\$ 20 bilhões.
 → SERVIÇOS | PÁG. B1

O co ao cr

SÃO PAULO
 O pacote habitacional deve ser anunciado na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) — deve adicionar impulso à construção, dizem economistas. Uma das medidas é a aguardada ampliação da cesta de produtos com isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), para materiais de construção que não tinham sido contemplados na primeira lista de benefícios. Além disso, com a prometida desvinculação da TR como indexador das parcelas do financiamento imobiliário, estabelecendo mensalidades fixas, o



sistema financeiro deve reduzir os juros cobrados para financiamentos imobiliários. Outro fator importante é que o pacote também deve prever o fi-

Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), "o crédito consignado habitacional oferece menor risco de inadimplência". Para Osvaldo Correa Fonseca, diretor-geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a criação de produtos de juros fixos dará ao cliente "certeza da sua capacidade de pagar as prestações pré-fixadas".

LETÍCIA CASADO
 → POLÍTICA ECONÔMICA | PÁG. A3

de cana como alternativa de produção de insumos petroquímicos. Com o preço do barril do petróleo acima dos US\$ 70 e com perspectivas de novas altas, a médio e longo prazos, o projeto deve resultar numa alternativa mais barata de produção. O projeto também incluiu um biorrefinaria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) analisa financiar uma parte do projeto que engloba uma destilaria de álcool.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) analisa um crédito de R\$ 83 milhões à Oxiteno. A verba, se aprovada, será destinada à continuação de pesquisas já existentes da empresa e a duas novas áreas, no período entre 2006 e 2008.

Drogasil cresce mais que setore e abrirá dez lojas

SÃO PAULO
 A venda de genéricos e cosméticos

Sinistralidade de seguros cai para grandes bancos

SÃO PAULO
 O índice de sinistralidade das seguradoras afirma Samuel Monteiro dos Santos Júnior, diretor-geral adm-

HABITAÇÃO

Pacote acelera ainda mais setor habitacional, prevêem analistas

Nesta terça o governo deve anunciar uma série de medidas de fomento à construção civil que vão se isenções de impostos à novas regras de financiamento

SÃO PAULO

O pacote habitacional — que deve ser anunciado amanhã, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) — foi bem recebido por especialistas. O setor da construção civil será beneficiado pela possível extensão da cesta de produtos que receberão isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), para itens que não tinham sido contemplados no pacote anunciado no início do ano. Além disso, com a prometida desvinculação da TR como indexador das parcelas do financiamento imobiliário, estabelecendo mensalidades fixas, o sistema financeiro deve reduzir os juros cobrados. Outro fator importante é que o pacote também deve prever o financiamento da casa própria com desconto na folha de pagamento.

Carlos Eduardo Oliveira Jr., membro do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), considera as medidas “extremamente positivas, mesmo se forem eleitoreiras”. “O crédito consignado habitacional oferece menor risco de inadim-

plência”, diz. Já para Osvaldo Correa Fonseca, diretor-geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a criação de produtos de juros fixos dará ao cliente “certeza da capacidade de pagar as prestações pré-fixadas”.

O pacote propõe mudanças na definição das regras dos contratos de financiamentos da moradia própria, e aqueles que ainda estão sendo negociados também poderão ser adaptados às novas regras. O pacote “deve ser uma alteração na legislação obrigando os bancos a criarem produtos sem a Taxa de Referência (TR). Depois da norma, os bancos vão estudar o que pode ser oferecido”, diz Fonseca.

Ele defende o fim da obrigatoriedade da TR e a criação de produtos de juros fixos “para o cliente ter certeza da sua capacidade de pagar as prestações”.

A redução dos juros bancários deve impulsionar o financiamento de moradias populares. O crédito imobiliário se expandiu consideravelmente no primeiro semestre, impulsionado principalmente pelas classes C, D e E. Apenas a classe média contratou o mesmo volume de financiamento na primeira metade de 2006 sobre todo o ano passado. Os investimentos em habitação com recursos públicos devem passar os R\$ 19 bilhões nesse ano, ante os R\$ 13,8 bilhões de 2005, informa o

Ministério das Cidades. As pessoas que recebem até cinco salários mínimos e são atendidas com recursos subsidiados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) somavam 50 % em 2002 e devem chegar aos 80% em 2006. “O financiamento imobiliário através do FGTS movimentou R\$ 4,3 bilhões, o equivalente a 60 mil unidades em 2005; a expectativa para 2006 é chegar em R\$ 9 bilhões, ou 120 mil unidades”, diz Natá-



Roberto Sampaio

lino Gazonato, diretor de crédito imobiliário e poupança da Nossa Caixa. O banco teve expansão de 103% nessa linha de janeiro a junho desse ano sobre o período de 2005, e conta com R\$ 600 milhões na carteira de crédito imobiliário. No mesmo período, a Caixa Econômica Federal (CEF) obteve volume de financiamento habitacional 171% a mais do que no ano anterior. Cerca de 85% das unidades contratadas com recursos do FGTS foram destinadas a famílias com renda de até cinco salários mínimos. Em 2005, o total foi de 77%.

Gazonato afirma que é perceptível a mudança no volume da demanda por crédito no banco, resultado da estabilidade econômica e da maior segurança jurídica. “Entre 70% e 72% da poupança da Nossa Caixa está aplicada em financiamento imobiliário e estamos com a carteira aberta sem fazer propaganda”. 80% da concessão

de crédito é feita para pessoa física. “O incremento do setor se dará com recursos da poupança, não do FGTS”, completa.

“O crédito gerou maior competição nos bancos e o acesso pelo consumidor está mais fácil. É uma nova dinâmica na economia”, afirma Ricardo Momberto, professor do MBA da Fundação Instituto de Administração (FIA). “Se conseguirmos chegar a uma taxa básica de 10% em 3 anos, vai explodir o crédito no Brasil”.

Roberto Sampaio, diretor de Crédito Imobiliário do HSBC, divide a mesma opinião. Segundo o executivo, se a taxa Selic cair, a tomada de crescimento do crédito permitirá uma variação de operações “muito interessantes” com as operações de taxa pré-fixadas.

De acordo com Renato Meirelles, sócio diretor do Instituto Data Popular, 30% da classe C (5 a 9,9 salários mínimos) paga aluguel ou prestação da casa própria, e o gasto com moradia atinge não mais do que 25% da renda. Nesse mês o governo federal ampliou os recursos para o financiamento de moradias com dinheiro subsidiado do FGTS. Para Gazonato, pelo menos 30% dos empreendimentos devem estar localizados nas regiões metropolitanas.

LETÍCIA CASADO

Já publicamos os reportagens sobre
PACOTE HABITACIONAL

Para mais informações sobre esse tema, use
nosso buscador nos sites:

www.dci.com.br
www.panoramabrasil.com.br